

Considerações sobre a crônica de Fernão Lopes

Alessandra Cristina Moreira de Magalhães

Segundo informa Rodrigues Lapa (1960, p. 9), no ano de 1434, o rei D. Duarte concede uma tença anual para Fernão Lopes pôr em crônica a história geral do reino português desde as suas origens até o reinado de D. João I. Antes de empreender a sua grande obra, Fernão Lopes exerceu a função de guarda-mor das escrituras da Torre do Castelo de Lisboa (onde se guardavam os documentos oficiais), foi escrivão dos livros de D. João I e escrivão da puridade do Infante D. Fernando. Toda essa experiência fez dele um homem bastante qualificado à função de cronista da história dos reis portugueses. Desta obra, atualmente, só contamos com as crônicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I, Mestre de Avis.

Com Fernão Lopes se inicia a série dos cronistas gerais do Reino, que será continuada por Gomes Eanes Zurara e Rui de Pina. Nesta época, pôr em crônica significava organizar os documentos cronologicamente, mas Fernão Lopes vai além, empreendendo uma investigação crítica e original. Sua obra é discutida tanto no campo do saber histórico quanto no do literário. A questão que está em jogo nesta intersecção de saberes é a concepção da história como discurso da verdade e, portanto, da razão e a literatura como discurso da ficção, portanto do imaginário. Segundo Maria Isabel Carvalho de Oli-

veira Borja (1992, p. 7), na crônica há uma “associação entre [a] intenção historiográfica e a forma involuntariamente literária.”

Falaremos, pois, sobre dois aspectos da crônica de Fernão Lopes: o primeiro, mais geral, trata da metodologia utilizada pelo cronista e do seu “pacto” com a verdade. O segundo é mais particular e diz respeito ao destaque dado por Fernão Lopes à participação da arraia miúda na Revolução de Avis. É importante frisar, desde já, que não estamos afirmando ter sido o povo responsável único pela ascensão do Mestre de Avis ao poder, pois sabemos que os nobres orientaram e aconselharam a ação do futuro rei, mas atestamos a importância que o cronista atribui ao povo do Messias de Lisboa.

Se observarmos os prólogos da crônica de D. João I, veremos que nesses textos Fernão Lopes expõe sua proposta e seu método de trabalho. A primeira baseada na verdade dos fatos e o segundo apoia-se em fontes de diversos materiais históricos. Para obter as informações e documentos viajou muito. No que se refere ao estilo da escrita, é categórico ao afirmar que os que ouvem a sua crônica buscando uma linguagem enfeitada observarão que ele prefere a simples verdade à formosa falsidade. Porque, na sua opinião, é preferível calar a dizer alguma coisa que não esteja assentada em sólidas bases documentais.

Lembremos das suas palavras, citadas por Lapa (1960, p. 11): “ca o autor da estória nom deve seer emigo mas escrivam da verdade”. Segundo Teresa Cristina Cerdeira da Silva (1989 p. 24), “[...] na raiz indo-européia da palavra ‘história’ está ‘wid, weid’ que significa

‘ver’ e que em grego ‘histor’ (ἱστορ) quer dizer “testemunha” no sentido de ‘aquele que vê, aquele que sabe’”.

No seu texto, a vontade de revelar a verdade, pode ser percebida, por exemplo, quando apresenta duas opiniões acerca de um fato e opta por uma delas. Ele não omite que existem duas versões, mas também não se inibe em escolher uma como sendo mais confiável.

No “Prólogo” à Primeira parte, o cronista propõe deitar fora toda a parcialidade para contar a verdade, pôr de lado o louvor fingido e mostrar nuamente os acontecimentos da maneira que sucederam. Ele ataca aqueles que, tendo a função de ordenar as histórias, eram parciais ao recontarem os feitos e inclinavam-se a favor de alguém por causa da “mundanal afeição”. Mas, apesar de ter feito esta afirmativa, muitas vezes demonstra antipatia ou simpatia em relação aos que protagonizaram os fatos. Para a rainha D. Leonor, por exemplo, não poupou adjetivos pejorativos. A personalidade do Mestre de Avis não é “enfeitada” por Fernão Lopes. O cronista não está em busca de construir um mito ou herói ao modelo grego, mas demonstra simpatia pelo Mestre.

Depois de expormos alguns argumentos e a escritura de Fernão Lopes e observarmos a maneira como se realizam as crônicas, concluímos que não é possível narrar uma história obedecendo fielmente à verdade e com total imparcialidade. É importante observar que, no caso do cronista, os acontecimentos ainda eram muito recentes na memória das pessoas e dele próprio, pois foi contemporâneo à disputa pelo trono (1383-1385) e ao reinado de D. João I (1385-

1433), já que nasceu, presumivelmente, entre 1378 e 1383 e morreu, provavelmente em 1460. Também não podemos perder de vista que Fernão Lopes está fazendo política, já que foi contratado oficialmente pelo rei D. Duarte. Como nos informa Pedro Calafate, “nas páginas das suas crónicas encontramos momentos decisivos de afirmação do pensamento político português dos finais da Idade Média.”

Sabemos que qualquer discurso implica um posicionamento do sujeito que o emite, sendo assim, fica claro para os leitores de hoje que há alguma distância entre o que o cronista propõe e o que ele efetivamente realiza. No entender de Teresa Cristina Cerdeira da Silva (1989, p. 23) “a história se constitui como uma indagação sobre a verdade mas o seu resultado é sempre parcial, comprometido com o sujeito do enunciado, com o tempo do discurso e, por isso mesmo, plural.” É ilusão pensar que há discurso totalmente desligado daquele que o emite, mas, procuramos, também mostrar todas as tentativas do cronista para cumprir a sua proposta. Por isso, louvamos não sua imparcialidade total mas o empenho em seguir bem de perto aquilo que propôs. Neste sentido, é importante destacarmos ainda algumas características marcantes do seu estilo, como, por exemplo, dar voz às pessoas que participaram dos acontecimentos e focalizar principalmente fatos em vez de feitos e qualidades pessoais.

Fernão Lopes é considerado por muitos o expoente máximo da prosa medieval portuguesa. Foi escritor pioneiro no que se refere ao sentimento de ser português e aquele que deu voz ao povo, enfatizando a sua participação na Revolução de Avis. A maioria dos estu-

dos acerca da sua crônica chama atenção para este aspecto. Para que pudéssemos confirmar a tradição crítica que sustenta esta afirmativa, reportamos a alguns episódios da primeira parte da crônica de D. João I que consideramos fundamentais para o futuro da Revolução de Avis.

Com a morte do rei D. Fernando, abriu-se uma questão sucessória bastante complicada em Portugal. A rainha D. Leonor não era bem vista pois suspeitavam que mantinha um caso com o conde de Andeiro e também porque atribuíam-lhe a responsabilidade por muitos equívocos praticados no reinado de D. Fernando. A sua única filha, D. Beatriz, era casada com o rei D. João de Castela, caso ela assumisse o poder, Portugal teria que se submeter a outro reino.

Um grupo de nobres não estava nada satisfeito com a situação financeira do reino, o monarca havia esgotado os recursos em guerras. Para enfraquecer o poder da rainha, este mesmo grupo planejou a morte do conde de Andeiro, cujo executor foi o Mestre de Avis, irmão ilegítimo do rei D. Fernando, já que era filho de D. Pedro I com D. Teresa e não com a rainha D. Constança. Os “grandes” sabiam que não podiam agir sozinhos e na intenção obter o apoio do povo prepararam uma intriga: espalharia-se pela cidade que o Mestre estava sofrendo ameaça de morte no palácio pela rainha “aleivosa” e o conde “traioeiro”. Nas palavras de Maria Isabel Carvalho de Oliveira Borja (1992, p. 78), “os articuladores da morte do Andeiro valem-se de um estratagema falacioso para levar o povo às portas do paço, lançando pela cidade um pregão, segundo o qual seria o Conde quem

ameaçava a vida do Mestre.” O estratagema funcionou e as gentes da cidade de Lisboa correram aos paços para defender o Mestre.

Após constatarem que ele gozava de perfeita saúde, o povo acompanhou o Mestre pelas ruas, fazendo soar os sinos das igrejas por onde passava o futuro monarca. O Bispo da Sé, D. Martinho, não quis repicar o sino quando o Mestre passava pela rua e, aproveitando o fato dele ser castelão, disseram que era partidário da rainha D. Leonor e do conde de Andeiro. Ao Mestre foi aconselhado que não se intrometesse nisso e o bispo foi realmente morto. Observa-se, portanto, o nítido descontentamento da arraia miúda com a possibilidade de que Portugal não caísse nas mãos dos castelhanos e, portanto, uma consciência da nacionalidade.

As gentes da cidade passaram a ter ódio contra qualquer um que não compartilhasse a sua opinião. Por isso, pretendiam roubar os judeus ricos acusados de estarem do lado da rainha e, além disso, para conseguir dinheiro em favor da “campanha” do Mestre. Os judeus, sabendo que isto ocorria, não foram ter com a rainha e sim com D. João. Ele não desejava assumir esta responsabilidade e que fossem à rainha, mas eles não cessavam em lhe pedir socorro. O Mestre foi à Judaria e conseguiu desviar o povo desta vontade de pilhar os judeus.

O povo de Lisboa insiste que o Mestre assumia a autoridade de líder, reconhecendo-o antes mesmo que ele próprio o faça. O “comuu pôbbo” oferecia ao Mestre todas as riquezas que tinha e dava sua própria vida para defendê-lo, caso ele aceitasse ser o regedor e de-

fensor do Reino. Fernão Lopes (1960, p. 44), o brilhante cronista, faz-nos ouvir a voz do povo: “– Que estamos fazendo? Tomemos este homem por defensor, ca sua discríom e fortaleza é tanta que abastará pera empuxar tôdolos perigoos que nos aviinr podem.”(LOPES, 1960, p. 44)

O Mestre, então, expôs à Câmara como o “pôbbo meu-do” o recebia como seu regedor e defensor. Contudo, a Câmara reluta em outorgar o pedido porque receou que tal intento não tivesse um bom fim, isto é, teve medo que a rainha pudesse se vingar como fez na época em que alguns foram contra o seu casamento dela com D. Fernando. O cronista deixa claro que a relutância dos “cidadãos honrados” não estava ligada a qualquer tipo de traição, mas a uma prudência por parte destes, já que sabiam que teriam de enfrentar Castela para poder defender a “eleição” do Mestre.

Há, subjacente às palavras do cronista, uma ideologia de poder defendida: a concepção de soberania do povo, bem como a tese acerca da origem divina do poder. Segundo a tese de que todo o poder vem de Deus através do povo, este era o mediador entre Deus e o soberano (Cf . CALAFATE). Neste caso, se todo poder vem através de Deus e o povo é a Sua voz, então, devia ser ouvida a voz do povo que queria o Mestre de Avis como seu regedor e defensor.

Com a chegada do rei de Castela, 1384, a cidade de Lisboa é cercada e os seus cidadãos ficam ao lado do Mestre para defendê-la. A cidade, como metáfora do seu povo, é a própria “heroína” no epi-

sódio do cerco. Lisboa resistiu e os inimigos retiraram-se quando a peste os alcançou e a própria infanta D. Beatriz adoeceu. A guerra ainda se prolongou pelas províncias afastadas, mas Lisboa, Coimbra e o centro do país, em 1385, eram pelo Mestre. Segundo Oliveira Martins (1977), os últimos atos da revolução consumir-se-iam neste ano: as cortes de Coimbra e a batalha de Aljubarrota. Nas cortes de março, considerou-se o trono vago e “elegeu-se” para ocupá-lo o Mestre de Avis e na batalha de quatorze de agosto, apesar da desproporção numérica, os portugueses conseguem vencer os castelhanos.

Nas cortes que “elegeram” o Mestre rei de Portugal, não só a decisão dos grandes mas o consentimento do povo recebe destaque do cronista: “e per hunida comcordança, de todollos grandes e comuu poboo, disserom que o promovessem a alta dignidade, e estado de rei; e que nom comssentissem que nehuu mais comtra esto fallasse, e que lho fossem logo dizer.” (LOPES, 1945, p. 421)

Percorremos a primeira parte da crônica de D. João I, focalizando, principalmente o papel do povo nas decisões políticas no período entre 1383 e 1385. Agora, faz-se mister uma avaliação da importância da crônica de Fernão Lopes dentro de uma perspectiva política da época. Luiz Adão da Fonseca, no artigo “Política e cultura nas relações luso-castelhanas no século XV” fala-nos acerca da política de valorização da jovem dinastia de Avis. Era necessário legitimar a dinastia, pois apesar das vitórias no campo político, militar e diplomático, a origem ilegítima ainda era uma sombra.

Segundo o ensaísta português (FONSECA, 2004, p. 44), a dinastia “necessita do apoio de uma construção teórica” para solidificar definitivamente as suas bases. Nesse sentido, é importante lembrarmos que Fernão Lopes é contratado pelo rei D. Duarte em 1434 e recebe uma tarefa para pôr em crônica a história dos reis de Portugal. A crônica de Fernão Lopes estaria, portanto, inserida nesta política cultural de legitimação da dinastia.

Recordamos que na raiz grega da palavra história guarda-se o sentido de testemunha. Fernão Lopes é, portanto, testemunha de um período de transição política e de afirmação da nacionalidade e sabe, como ninguém, trazer isto até os nossos dias e colocar na frente dos nossos olhos os acontecimentos que desencadearam inúmeras transformações sociais em Portugal e no mundo.

Foi da Revolução de Avis que resultaram as mudanças políticas e sociais que posteriormente possibilitariam a “conquista do mar” por Portugal. A “íclita geração” descende do monarca levado ao poder pela insistência e desejo da arraia miúda e pelas manobras da nobreza e não exatamente pela legitimidade hereditária. Nas palavras de Saraiva & Lopes (2001, p. 127), Fernão Lopes foi “[...] o cronista, que soube aproveitar testemunhos de uma mutação social que põe em crise os valores tradicionais e possibilita a contestação da ordem estabelecida por outras classes sociais até então excluídas do poder.”

Tanto os portugueses d’*Os Lusíadas*, de Camões, quanto, mais tarde os das *Lendas e narrativas*, de Alexandre Herculano ou os do *Alfageme de Santarém*, de Almeida Garrett só puderam tomar forma

porque seus criadores embeberam-se das palavras do cronista Fernão Lopes. Também Oliveira Martins de *Vida de Nun'Álvares*, Marcelino Mesquita de *Leonor Teles* e tantos outros historiadores, poetas e romancistas tiveram como norte as suas crônicas. (Cf. SARAIVA e LOPES, 2001, p. 128)

Não importa tanto se a palavra de Fernão Lopes é histórica ou literária, importa que permaneceu. Foi a partir dela, palavra, que vimos fundar-se a idéia de uma nacionalidade, de uma identidade coletiva “verdadeiramente” portuguesa.

Referências Bibliográficas

BORJA, Maria Isabel Carvalho de Oliveira. Figuras heróicas na cronica Delrei Dom Joham I da Boa Memória, de Fernão Lopes. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CALAFATE, Pedro. “O pensamento político em Fernão Lopes”. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/filosofia/m8.html>. Acesso em: 10 de out. 2005.

LOPES, Fernão. Crónica de D. João I. Segundo o códice n.º 325 do arquivo Nacional da Torre do Tombo. Edição prefaciada por António Sérgio. Vol I. Porto: Civilização, 1945.

_____. Quadros da Crônica de D. João I. Seleção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

LAPA, Rodrigues. “Introdução”. **In:** LOPES, Fernão. Quadros da Crônica de D. João I. Seleção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

MARTINS, Oliveira. História de Portugal. Lisboa: Guimaraes & Cia. Editoras, 1977.

SARAIVA, Antônio José e LOPES, Oscar. História da Literatura Portuguesa. Porto: Porto, 2001.

SILVA, Teresa Cristina Cerdeira da. “Introdução”. **In:** José Saramago entre a história e a ficção: uma saga de portugueses. Lisboa: Dom Quixote, 1989.